

**Câmara Municipal de Braga**

**2. Alteração à Estrutura Orgânica Flexível do Município de Braga - Proposta de extinção da Divisão de Execução de Planos e de criação de Unidade de Execução de Planos sob dirigente de 3º grau.**

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, as seguintes propostas, tudo de acordo com a documentação que consta do processo:

- a) A extinção da unidade orgânica flexível Divisão de Execução de Planos, na dependência do Departamento de Planeamento e Ordenamento, nos termos do nº 3 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que aprova o Regime da Organização dos Serviços das Autarquias Locais;
- b) A criação de uma nova unidade orgânica flexível de 3.º grau, a Unidade de Execução de Planos, na dependência direta da Divisão de Planeamento, nos termos do art.º 7.º e nº 3 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que aprova o Regime da Organização dos Serviços das Autarquias Locais;
- c) A alteração do regulamento orgânico do Município de Braga, divulgado pelo Despacho n.º 4626/2022, de 20.04, alterado pelo Despacho n.º 12033/2022, de 13.10.

**Data:** 18/07/2023

**Assunto:** Alteração à Estrutura Orgânica Flexível do Município de Braga - Proposta de extinção da Divisão de Execução de Planos e de criação de Unidade de Execução de Planos sob dirigente de 3º grau

**Considerando que:**

1. O Despacho n.º 4626/2022, de 20.04, tornou pública a aprovação da Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga e respetivo Regulamento, aprovados em Assembleia Municipal, de 1 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal, de 21 de março de 2022;
2. Dessa Estrutura Orgânica, nos termos do artigo 47.º do referido Regulamento, consta a Divisão de Execução de Planos, que se encontra na dependência do Departamento de Planeamento e Ordenamento, competindo-lhe:
  - a) *Gerir a execução sistemática ou assistemática dos planos urbanísticos em vigor;*
  - b) *Propor a delimitação de unidades de execução e desenvolver os respetivos programas de execução;*
  - c) *Elaborar estudos urbanísticos que se revelem necessários à execução dos planos;*
  - d) *Desenvolver propostas de desenho urbano e definir as intervenções no espaço público de apoio à gestão urbanística;*
  - e) *Acompanhar o desenvolvimento de estudos e projetos elaborados por entidades externas;*
  - f) *Emitir parecer, articular e concertar com os investidores privados e proprietários dos terrenos que apresentem propostas para a estruturação urbana das respetivas propriedades, em pedidos de informação prévia, operações de loteamento, ou pedidos de licenciamento de edifícios ou complexos edificados, quando localizados em áreas definidas para o estudo e implementação de soluções integradas de estruturação do modelo urbano, que concretizem a estratégia de desenvolvimento municipal;*
  - g) *Informar e elaborar pareceres sobre assuntos da sua competência;*
  - h) *O exercício, em geral, de competências que a lei atribua ou venha atribuir ao Município relacionadas com as descritas nas alíneas anteriores.*
3. O desenvolvimento de todas estas competências pressupõe um perfeito entrosamento com a Divisão de Planeamento, sob pena de se comprometer a concretização do Plano, máxime dos objetivos subjacentes às Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), quase sempre inevitavelmente desmultiplicadas em Unidades de Execução;
4. Se revela determinante, para uma gestão eficiente e eficaz, que tais atribuições sejam prosseguidas na dependência direta da Divisão de Planeamento;
5. O nº 3 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que aprova o Regime da Organização dos Serviços das Autarquias Locais, estabelece que *“A estrutura flexível é composta por unidades orgânicas flexíveis, dirigidas por um chefe de divisão municipal, as quais são criadas, alteradas e extintas por deliberação da câmara municipal, que define as respetivas competências, cabendo ao presidente da câmara municipal a afetação ou reafetação do pessoal do respetivo mapa, de acordo com o limite previamente fixado”;*

6. O nº 4 do mesmo normativo prevê que *“A criação, alteração ou extinção de unidades orgânicas no âmbito da estrutura flexível visa assegurar a permanente adequação do serviço às necessidades de funcionamento e de otimização dos recursos, tendo em conta a programação e o controlo criteriosos dos custos e resultados”*;

**Considerando, ainda, que:**

7. O Regulamento dos serviços municipais, referido no ponto 1, definiu como limite máximo de orgânicas flexíveis de 3.º grau, o número de 22, estando neste momento criadas 20 unidades;
8. Está assegurada a devida e correspondente cobertura orçamental, nos termos das normas orçamentais e financeiras em vigor.

**Propõe-se que:**

- I) A **extinção** da unidade orgânica flexível **Divisão de Execução de Planos**, na dependência do Departamento de Planeamento e Ordenamento, nos termos do nº 3 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que aprova o Regime da Organização dos Serviços das Autarquias Locais;
- II) A **criação** de uma nova unidade orgânica flexível de 3.º grau, a **Unidade de Execução de Planos**, na dependência direta da Divisão de Planeamento, nos termos do art.º 7.º e nº 3 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que aprova o Regime da Organização dos Serviços das Autarquias Locais;
- III) A alteração do regulamento orgânico do Município de Braga, divulgado pelo Despacho n.º 4626/2022, de 20.04, alterado pelo Despacho n.º 12033/2022, de 13.10, nos termos que melhor constam do **Anexo 2)** para o qual se remete e que faz parte integrante da presente proposta.

O Departamento de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos

---

**Anexos:**

1. Anexo 2 - Alteração ao regulamento que define e regula a estrutura orgânica nuclear e flexível dos serviços do Município de Braga.

## Anexo 2

### **Alteração ao regulamento que define e regula a estrutura orgânica nuclear e flexível dos serviços do Município de Braga**

1. A revogação do número 4.2.2. do artigo 8.º e do artigo 47º do Regulamento que define e regula a estrutura orgânica nuclear e flexível dos serviços do Município de Braga;
2. A alteração dos artigos 8.º e 46º do Regulamento que define e regula a estrutura orgânica nuclear e flexível dos serviços do Município de Braga, que passam a ter a seguinte redação:

#### Artigo 8.º

[...]

- .....
1. ....
    - 1.1. ....
    - 1.2. ....
    - 1.3. ....
  2. ....
    - 2.1. ....
    - 2.2. ....
    - 2.3. ....
  3. ....
    - 3.1. ....
    - 3.2. ....
    - 3.3. ....
      - 3.3.1. ....
      - 3.3.2. ....
      - 3.3.3. ....
    - 3.4. ....
      - 3.4.1. ....
      - 3.4.2. ....
    - 3.5. ....
      - 3.5.1. ....
      - 3.5.2. ....
      - 3.5.3. ....
    - 3.6. ....
      - 3.6.1. ....
      - 3.6.2. ....
      - 3.6.3. ....

- 3.6.3.1. ....
- 3.6.4. ....
- 3.7. ....
  - 3.7.1. ....
  - 3.7.2. ....
- 4. ....
  - 4.1. ....
  - 4.2. ....
    - 4.2.1. ....
      - 4.2.1.1. ....
      - 4.2.1.2. Unidade de Execução de Planos, que corresponde a uma unidade de direção intermédia de 3.º grau;
    - 4.2.2. Revogado
    - 4.2.3. ....
    - 4.2.4. ....
  - 4.3. ....
    - 4.3.1. ....
    - 4.3.2. ....
    - 4.3.3. ....
      - 4.3.3.1. ....
    - 4.3.4. ....
- 5. ....
  - 5.1. ....
  - 5.2. ....
    - 5.2.1. ....
    - 5.2.2. ....
    - 5.2.3. ....
  - 5.3. ....
    - 5.3.1. ....
    - 5.3.2. ....
      - 5.3.2.1. ....
    - 5.3.3. ....
    - 5.3.4. ....
      - 5.3.4.1. ....
    - 5.3.5. ....
      - 5.3.5.1. ....

Artigo 46.º

[...]

1. ....
2. ....
3. A Divisão de Planeamento, que inclui a Unidade de Execução de Planos (UEP) equiparada para todos os efeitos legais a direção intermédia de 3.º grau, detém as seguintes atribuições:
  - a) Assegurar os procedimentos que incumbem ao Município no âmbito da execução sistemática ou assistemática dos planos urbanísticos em vigor;
  - b) Propor a delimitação de unidades de execução e acompanhar o desenvolvimento dos respetivos programas de execução;
  - c) Elaborar estudos urbanísticos que se revelem necessários à execução dos planos;
  - d) Apoiar a concretização de estudos e projetos elaborados por entidades externas no âmbito da execução de planos;
  - e) Emitir informações sobre operações urbanísticas suscetíveis de execução assistemática, sempre que solicitado pelo Departamento de Urbanismo.

